



Por um outro desenvolvimento: gênero e participação em Empreendimentos da Economia Solidária (EES)

Dagmar Silva Pinto de Castro*
Anderson Rafael Nascimento**

RESUMO

No Brasil, contrariamente aos países desenvolvidos, a acumulação capitalista intensificou a marginalização social reforçando as estruturas de dominação. Algumas regiões tornaram-se ilhas de desenvolvimento marcadas pela indústria. A região do grande ABC Paulista é um desses casos. A industrialização, modelo sonhado pelos idealizadores das políticas econômicas, continua nessa região até os dias de hoje, porém em menor escala e associada ao alto desemprego. Nesse contexto encontram-se lacunas caracterizadas por laços que vão para além do econômico, recondicionando as estruturas dominantes. São os Empreendimentos da Economia Solidária (EES). Esse é o objeto deste artigo, que tem por objetivo refletir sobre

* É graduada em Psicologia pela Universidade Metodista de São Paulo (1995), mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo (1995) e doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP (2002). Atualmente é professora titular na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Metodista de São Paulo e coordenadora da Cátedra Gestão de Cidades. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase na área de Análise Institucional, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, gestão de pessoas e organizações, subjetividade e organizações e fenomenologia.

** É graduado em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2001), pós-graduação pela PUC/SP em Economia Social e Desenvolvimento da América Latina (2004) e mestrando em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo. Atualmente é coordenador executivo da Cátedra Celso Daniel de Gestão de Cidades da Universidade Metodista. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão pública, políticas públicas, participação social e terceiro setor.

os EES enquanto práticas horizontalizadas geradoras de cultura solidária que possibilitam algo novo na relação de gênero rumo a um outro desenvolvimento.

Palavras-chave: economia solidária; gênero; participação; desenvolvimento.

For a new kind of development: gender and participation in Solidary Economy Enterprises (SEE)

ABSTRACT

In Brazil, unlike the developed countries, capitalist accumulation intensified social exclusion and strengthened the structures of domination. Some areas became islands of development marked by the presence of industry. The ABC Paulista region, São Paulo, Brazil, is such a case. Industrialization, as the dreamed model of the economic policies of past visionaries, is still present at that region, although at a lower level and associated to intense unemployment. In such a context, there are gaps whose characteristics are beyond the economic purpose, reconditioning dominant structures. They are the Solidary Economy Enterprises (SEE). This article aims at reflecting on the SEE as horizontalized practices generating solidary culture and allowing something new in the gender relationship towards a new kind of development.

Keywords: solidary economy; gender; participation; development.

Para un otro desarrollo: género y participación en los Emprendimientos de Economía Solidaria (EES)

RESUMEN

En Brasil, diferente de los países desarrollados, la acumulación capitalista ha intensificado la exclusión social con el fortalecimiento

de las estructuras de dominación. Algunas regiones se convirtieron en islas de desarrollo marcadas por la industria. La gran región del ABC Paulista es uno de esos casos. La industrialización, que los visionarios soñaron como el modelo de las políticas económicas, continúa en la región hasta el día de hoy, pero en menor escala y se asocia con un alto índice de desempleo. Para aquellos fuera del sistema dominante, se caracterizan por los vínculos deficientes que van más allá del económico reacondicionando estructuras dominantes. Son los Empreendimientos de Economía Solidaria (EES). El artículo tiene por objeto reflejar a cerca de los EES como prácticas horizontales generadoras de cultura solidaria que permiten algo nuevo en la relación de género hacia a un otro desarrollo.

Palabras clave: economía solidaria; género; participación; desarrollo.

Introdução

A acumulação capitalista nas economias centrais impulsionou o desenvolvimento econômico e a homogeneização social. Entretanto, no caso brasileiro essa acumulação intensificou a marginalização social e reforçou as estruturas de dominação (Paulani, 2001). As transformações que ocorreram, em especial após a crise do taylorismo/fordismo e da flexibilização/precarização nas relações do trabalho, acirraram, e continuam acirrando, as desigualdades sociais. Cada vez mais há uma distância considerável entre quem pode consumir os bens e serviços gerados na sociedade e os que excluídos estão do consumo e da denominada forma de vida contemporânea. Paulani (2001, p. 153) retoma o pensamento de Celso Furtado ao apontar que, sem a reversão da concentração de renda e o fortalecimento da sociedade civil, “a industrialização não seria suficiente para consolidar a economia nacional e para sustentar o mercado interno com seu pólo dinâmico”.

A região do Grande ABC Paulista é um lócus que comprova que a industrialização por si mesma não é suficiente para consolidar um desenvolvimento além do aspecto estritamente econômico. Essa região, a partir da década de 1960, teve uma

grande concentração da indústria automobilística, que foi um dos vetores do desenvolvimento nacional. Na década de 1970 e início da de 1980, a região do Grande ABC foi marcada por greves desencadeadas pela necessidade de mudanças nas relações de trabalho com a precarização e a flexibilização associadas à diminuição de custos nas empresas capitalistas. As experiências dessas lutas propiciaram conquistas de direitos para a classe trabalhadora brasileira. Por conta dessa articulação e mobilização políticas gerada pela forte ação sindical, a região foi, de certa forma, terreno fértil para as iniciativas de cooperativismo e fortalecimento da sociedade civil.

Aos que estão marginalizados na periferia do capitalismo, presencia-se uma lacuna que abre possibilidades de construção de modelos alternativos que rompam aspectos estritamente econômicos. Nesses modelos, as relações sociais, dentre elas as de trabalho e gênero, constroem novos significados para aspectos sociais (comunitário) e políticos (emancipatórios). A Economia Solidária deve ser um movimento que adota essa nova significação quando permite a participação dos trabalhadores e trabalhadoras inseridos nas organizações denominadas Empreendimentos da Economia Solidária (EES)¹.

Com o esfacelamento do desenvolvimento econômico focado unicamente na industrialização, surge a necessidade de adotar modelos que se iniciam na relação econômica, mas vão além, abarcando aspectos sociais e políticos. A novidade deve se circunscrever na construção de laços de reciprocidade nos processos participativos que rompem com as definições verticalizadas, advindos de uma elite, características da sociedade brasileira. Nessa novidade, as relações de gênero passam por modificações oriundas dos novos laços comunitários e emancipatórios. O artigo tem por objetivo refletir os EES como práticas horizontalizadas geradoras de cultura solidária possibilitando algo novo na relação de gênero rumo a um outro desenvolvimento.

Desenvolvimento econômico

¹ A partir daqui será utilizada a sigla EES para os Empreendimentos da Economia Solidária.

e regional no Grande ABC

O processo de reestruturação produtiva, a acumulação flexível e a divisão mundial reconfigurou a ordem dual (EUA x URSS) geoeconômica do mundo para o eixo Alemanha, Estados Unidos e Japão. Nesse processo, resta à América Latina, fora do eixo geográfico do desenvolvimento, buscar alternativas para seu processo endógeno de desenvolvimento econômico. Prova disso são as fugas (ou tentativas!) de empresas multinacionais do Brasil e, conseqüentemente, o abandono do elo principal de toda a cadeia produtiva dessas empresas.

Para a compreensão do significado de tal relação de “centro” (representado pelo eixo acima) e “periferia” (América Latina e África), a teoria desenvolvida pelo Centro de Estudos para a América Latina e Caribe (CEPAL) desempenhou papel importante na busca de respostas. Dessa forma, Bielschowsky (2000, p. 22) nos ensina que,

para os autores cepalinos, o desenvolvimento nas condições de periferia latino-americana não seria uma “etapa” de um processo universal de desenvolvimento, mas um processo inédito, cujos desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências, cabendo esperar-se seqüências e resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento cêntrico.

Nessa relação centro-periferia restam duas realidades. A primeira diz respeito à coexistência de locais com desenvolvimento avançado e outros vivendo formas arcaicas de vida. Isso impacta sobremaneira na formação social, pois o status trazido pela modernidade não tem força suficiente para quebrar os elos com o passado arcaico. A outra situação diz respeito ao processo de costumes de consumo da burguesia nacional altamente influenciado pelo modo de vida dos países centrais. Essas características são marcantes no desenvolvimento econômico brasileiro, que foi marcado por três fases distintas. A primeira estava vinculada à idéia da substituição de importações. A segunda vinha associada à idéia de internalização da produção de bens de capital. Por fim, a terceira relacionava-se à nacionalização da produção de bens de capital (cf. ALPAC – Associação Latino Americana de Pesquisa Social, 2007). Essa última fase

esteve alicerçada em grandes déficits comerciais e endividamento externo. Esse foi o preço para o denominado “milagre econômico” durante a década de 1970. Além desse déficit e do endividamento externo, ocorreu, no início da década de 1980, a diminuição da entrada de capitais estrangeiros. Durante esse “milagre”, o desenvolvimento urbano e a mudança da estrutura econômica não foram acompanhados por reformas sociais profundas. Essas reformas permaneceram limitadas por causa da dependência tecnológica e a superexploração do trabalho no Brasil. O Estado autoritário avançou no sentido de universalizar algumas políticas públicas, contudo tal característica não rompeu com as marcas corporativistas e elitistas do passado. As reformas sociais poderiam ser conseguidas por meio de uma forte intervenção estatal nas políticas de proteção social.

Nesse cenário descrito, o Estado brasileiro foi aos poucos minando sua atuação em políticas de garantia da qualidade de vida e foi sendo diminuído com políticas de privatização dentro de um projeto político claramente de manutenção da posição de periferia diante do cenário mundial. Os governos foram se sucedendo, mas o discurso foi mantido. Focava-se (e ainda se foca) a estabilidade econômica e a desregulamentação do mercado como condição necessária para que o País alcance os patamares aceitáveis de desenvolvimento humano.

Outra marca do desenvolvimento econômico brasileiro foi a concentração da riqueza em poucas regiões. Em outras palavras, a ausência de uma política de orientação econômica forçou a urbanização, e todas suas características, em regiões gerando concentração econômica. Ou seja, internamente o Brasil mantém a mesma estrutura de centro e periferia constatada no nível internacional. A região do Grande ABC paulista é um desses casos com grande concentração da indústria automobilística, que foi um dos vetores do desenvolvimento nacional a partir da década de 1960. Com a concorrência internacional, esse mercado foi profundamente abalado e, com ele, toda a região que nele se sustentava. As demissões em massa, o fechamento de postos de trabalho e a diminuição de custos foram fontes do desemprego. Não por acaso, surge o movimento denominado “Economia Solidária”, inicialmente

justificado a partir do diagnóstico do desemprego, que em geral coloca sua raiz nas causas estruturais. Por um lado, as novas tecnologias de padrão microeletrônico na produção induzem esse aumento. Por outro lado, a globalização competitiva exige a inserção no mercado internacional e aumenta a concorrência. Complementa esse processo a precarização do trabalho, que não raramente é também uma das estratégias de inserção internacional de muitas empresas, assim descrito por Singer (1998, p. 23):

O desemprego estrutural, causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico — ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir.

A proposta da “Economia Solidária”, colocada como uma alternativa ao desemprego estrutural, ganha sentido e se justifica a partir dessa questão elementar, qual seja, a das relações de trabalho no atual modo de produção. Dessa forma, seus elementos fundamentais estão firmados em novas relações de trabalho (autogestionários e solidários) e em uma nova relação de produção.

Nas décadas de 1970 e início de 1980 a região do Grande ABC foi marcada por greves que propiciaram boas conquistas para os trabalhadores brasileiros. Por conta dessa articulação e mobilização política gerada pelas greves e pela ação sindical, a sociedade civil da região tornou-se terreno fértil para iniciativas de fortalecimento de espaços públicos, como cooperativismo e os movimentos sociais.

Essa região é o retrato de que o modelo baseado unicamente na indústria não se sustentou em países dependentes de tecnologia e pesquisa, como o Brasil. A atual discussão deve ir além dos aspectos estritamente econômicos. A partir do reconhecimento da condição periférica no capitalismo mundial, cabe aos países latino-americanos buscar alternativas endógenas de desenvolvimento e formas alternativas de geração de riqueza.

A economia solidária, para além de uma opção econômica, busca uma outra relação das pessoas consigo próprias e com sua comunidade, e será aqui analisada. Para essa busca é necessário o reconhe-

cimento de formas alternativas de desenvolvimento dentro do processo capitalista de apropriação privada. Faz-se necessário buscar novo significado aos espaços e bens públicos e nova lógica comunitária como geradores de valor.

Economia solidária e seus empreendimentos

Na busca de modelos alternativos de desenvolvimento, a Região do Grande ABC Paulista tem tido iniciativas de diferentes esferas, governamentais ou não-governamentais, como laboratórios de práticas alternativas. Dentre esses exemplos pode-se citar a presença das prefeituras da região incentivando iniciativas da economia solidária, os sindicatos e mesmo a Igreja apoiando movimentos sociais. Pode-se dizer que essas iniciativas encontraram terreno fértil nessa região, aproveitando as falências das empresas capitalistas e a mobilização dos trabalhadores.

Com a ruptura do modelo tradicional fabril, determinada pela crise da sociedade salarial e do modelo taylorista/fordista, floresce a necessidade da busca de alternativas para a organização do trabalho. Como pano de fundo para essa ruptura está o discurso neoliberal intrinsecamente associado à crise macroeconômica mundial e à redefinição das políticas de bem-estar social dos Estados nacionais.

Para Antunes (1995) o capitalismo “acentuou sua lógica destrutiva” e diante disso algumas tendências podem assim ser resumidas:

1. o padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado por formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas;
2. o modelo de regulação social-democrático vem sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social.

Como consequência da redefinição do perfil da classe trabalhadora e das crises econômicas e estatal, apreende-se de Antunes (1995, 18 [numeração própria]) que duas manifestações são as mais graves: (1) a destruição e/ou precarização, sem paralelos da força humana que trabalha e (2) a degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada

prioritariamente para a produção de mercadorias que destroem o meio ambiente.

Resumidamente, passa-se por uma etapa que os estudiosos têm chamado de “crise econômica e terceira revolução industrial”. Essa crise-revolução redefiniu as estruturas econômicas para um modelo no qual áreas do conhecimento ainda não haviam sido tocadas e põe em cheque a política do pleno emprego aos moldes keynesiano.

Como consequência de tudo isso se tem, nas palavras de Antunes (1995, 18), que:

destrói-se a força-humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo o que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.

Mesmo com a contradição intrínseca à relação de trabalho na sociedade capitalista, os valores prezados pela teoria clássica da administração e por outras correntes da teoria administrativa foram obtidos das áreas militares e da engenharia. Nesses princípios as organizações deixam de ser formas de instrumentalização do processo de trabalho e passam a ter um fim em si mesmas. A fábrica passa a ter horários rígidos, rotinas predefinidas, tarefas repetitivas e estreito controle.

Nesse processo os trabalhadores passam a ser vistos como extensão da máquina, “criaturas alienadas, especializadas, animalizadas e despersonalizadas” (Mills, 1969). Dentro dessas características “a personalidade e o caráter do indivíduo se tornam parte do processo produtivo” (Mills, 1969, p. 243). O trabalho passa a ser fonte apenas de status e renda e visto como algo desagradável. Nessa configuração, a empresa capitalista é o elo de ligação entre o indivíduo e seu grupo.

A questão atual é, como nos aponta André Gorz (1982, p. 162): “a terceira revolução industrial irá levar à sociedade do desemprego ou à sociedade do tempo liberado? Vai liberar os homens dos trabalhos mutilantes ou mutilá-los ainda mais, reduzindo-os à inatividade forçada?”

A resposta a essas perguntas ainda está em teste, contudo o certo é que a sociedade salarial do emprego ficou no passado. Cabe agora uma “desconstrução criativa” (cf. Harvey, 2005). Essa ruptura do velho paradigma passa pela reconfiguração de novas relações sociais e do trabalho não como necessidade natural, mas a partir de novas atividades ocupadoras de função social central. Em outras palavras, cabe à sociedade buscar espaços públicos (pólis) de integração e exercício do ethos social que dê novo significado ao amor mundi e à interação horizontal entre os seres sociais.

Isso tem início necessariamente pela negação do mercado de substituição da sociedade contemporânea, associado ao conceito de qualidade total², que exclui os não participantes — leia-se “não consumidores” — com a estratégia de alcançar os que já têm ou os que podem ter. Aqui surge o movimento do “prazo de validade” e/ou da “produção por tempo de consumo”, constantemente denunciado por militantes dos movimentos verdes. Em última análise, tal relação agressiva de consumo gera resíduos e produtos não aproveitados ou então reaproveitados pela “escória” social. Esse movimento pode ser pensado na lógica individual, mas por outro lado o mesmo modelo é adotado pelos países centrais, que enviam seus maquinários ultrapassados para os países dependentes de novas tecnologias, como é o caso de todos os países fora do tripé Alemanha/Europa unida, EUA/Canadá e Japão (cf. Antunes, 1995).

Aqui aparece a gênese do que Antunes chama de degradação da relação homem-natureza. Nessa relação que degrada de forma cruel o oikos³, o capital é posto em primeiro plano e a força humana só conta como parcela imprescindível de reprodução, visto que o capital não existe sem o trabalho.

Nesse movimento busca-se o “envolvimento manipulatório levado ao limite onde o capital busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores no interior das empresas para viabilizar aquele projeto desenhado e concebido segundo os fundamentos

² Chamamos de qualidade total os programas que priorizam o modo indivíduo em detrimento das estratégias coletivas de trabalho na visão de Spilki & Tittoni (2005).

³ Do grego oikos, significa “casa”.

exclusivos do capital” (Antunes, 1995, p. 22-23). Nesse contexto, os funcionários passam a adquirir novos enunciados, quais sejam: associado, colaborador, parceiro, entre outros.

Entretanto, fora das empresas e da indústria abre-se um vasto mercado de uma sociedade que vive do trabalho e que depende exclusivamente de sua criatividade e autonomia. São as chamadas formas independentes, autônomas e empreendedoras de trabalho. Nessas formas pode se abrir um terreno fértil de possibilidades, redescobrando nova razão social a partir do não estranhamento do trabalho e da reconfiguração do sentido de oíkos, pólis e até mesmo ethos.

A partir dessa reconfiguração do sentido de trabalho, homens e mulheres buscam uma “ressignificação” na relação de vida em sociedade e do trabalho como elemento nuclear de vida (subjetividade). A forma burocrática empresarial de trabalho anterior pode ser substituída pela criatividade e, principalmente, pela gestão compartilhada. Essas iniciativas são o que atualmente se tem chamado de Empreendimentos da Economia Solidária (EES).

Segundo Paul Singer (2002, p. 10), um dos principais teóricos desse movimento, a economia solidária é um

outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

A economia solidária, para além de ser uma opção econômica, busca uma nova subjetividade para os trabalhadores e trabalhadoras nela envolvidos. Entretanto, o espaço fértil proporcionado nessas organizações no campo da subjetividade enfrenta um dilema objetivo. As iniciativas da economia solidária em sua batalha pela sobrevivência e sustentação deverão adotar práticas burocráticas e isso poderá desencantar o espaço da participação. Esse choque entre a subjetividade e a objetividade impõe a necessidade de recondicionar e ressignificar o processo de

racionalização e de trabalho dentro do EES.

Patermam (1992), em seu livro *Participação e teoria democrática*, ensina, de acordo com os principais teóricos clássicos da democracia, que a participação deve ser precedida por uma condição de educatividade, ou seja, para que se participe é necessária a aprendizagem nessa participação. Esse ponto liga-se aos argumentos de que o local de trabalho com formas não alienadas permite a educação das pessoas para a participação na pólis. Patermam (1992, p. 70) retoma esse ponto ao citar a pesquisa realizada em cinco países (EUA, Grã-Bretanha, Itália, México e Alemanha) por Almond e Verba.

As oportunidades para participar nas decisões no próprio local de trabalho são de significado fundamental para o desenvolvimento da sensação de eficiência política. A estrutura de autoridade no local de trabalho é provavelmente a mais significativa e notória, estrutura esta com a qual o homem médio se encontra em contato diário.

Entretanto, na empresa capitalista a lógica instrumental legitimada dá a consistência e a coerência necessárias para o aumento do lucro capitalista. Nesses locais que buscam o lucro, as práticas sociais estão arraigadas por esse processo de dominação. Uma dessas práticas legitimadas no âmbito da empresa está na diferenciação de gênero. As mulheres podem evoluir em suas carreiras. Essa evolução, muitas vezes de forma sutil e velada, é inibida por disputas de poder e posições, impedindo-as de alcançar os cargos mais altos nas organizações. Esse aspecto é chamado por alguns autores de “fenômeno do teto de vidro”. Nas palavras de Stein (1997, p. 62), esse fenômeno “é transparente, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos da hierarquia organizacional”. Segundo essa mesma autora, a razão da existência do teto de vidro é apenas em função do gênero.

O poder está na coluna vertebral dessa realidade vivida nas empresas. Sendo o poder masculino o dominante na sociedade, toda consistência e toda coerência estão fundamentadas na lógica desse domínio. Nas organizações lucrativas a diferenciação dá-se por ainda outros motivos, como a autocategorização de subgrupos no contexto organizacional e a não delegação de tarefas às mulheres.

Os EES, por sua vez, possibilitam, por meio do exercício comunitário e emancipatório, uma outra relação de práticas sociais. Nessas organizações, por exemplo, a representação do feminino, naturalizada pela hierarquia dos sexos, é colocada como questão a ser tematizada. As práticas de negociação do bem comum são construídas por meio de relações horizontalizadas (Putnam, 2000). A relação de poder é ressignificada, pois passa pela experiência do direito a voz. A representação do feminino glorificado na imagem da mulher como a “rainha do lar”, legitimada pelos interesses do modo capitalista, é revisitado na inserção das mulheres nos EES (Bourdieu, 1998 e 2003). Os EES potencializam a criação de espaços geradores de nova relação de gênero.

A experiência em Empreendimentos da Economia Solidária – EES

O foco da experiência analisada aborda as relações sociais configuradas em espaços precários de vida. Essas experiências estão apontadas por meio dos relatos das histórias de vida (Meihy, 2002) que trazem na narrativa o conjunto de experiências de vida e de mundo (Rosenthal, 2002) de pessoas que participam da Associação de Promoção Humana e Resgate da Cidadania, mais conhecida como Centro de Formação profissional Pe. Léo Comissari, sediada no Bairro Montanhão⁴, localizado na periferia de São Bernardo do Campo, cidade do Grande ABC Paulista.

Esse bairro possui várias associações de moradores e tem como característica marcante pessoas e grupos que na sua história se dedicaram ao desenvolvimento de núcleos de formação cidadã. A

⁴ Segundo o FIBGE, a população do bairro do Montanhão cresceu de 83.565 habitantes em 2000 para 107.490 em 2003. Além disso, faz referência, nesse último levantamento citado, a uma densidade demográfica de 8.958 habitantes por quilômetro quadrado. O FIBGE-2000 relata ainda que as populações masculina e feminina aparecem proporcionais desde os anos 1980 (com oscilações em torno dos 50%) e que a população urbana teve uma ligeira queda (de 99,23% para 98,26%). No que diz respeito à religião, a professada pela maioria da população é a católica (69,54% da população), seguida pela evangélica (16,49%). A população é predominantemente de cor branca (69,56%), seguida daqueles que se declararam pardos (24,37%). Este mesmo órgão (o SEADE) mostrou, em 2003, que a população do

disseminação de uma cultura de pertencimento em associações para garantia de melhores condições de vida é uma prática realizada há algum tempo nesse bairro. Para Putnam (2000) é fundamental a participação em associações, clubes e outras formas de agremiação para o desenvolvimento da capacidade de articular a dimensão coletiva da vida.

As pessoas, ao se envolverem em espaços que solicitam a negociação e o consenso, aprendem as regras da vida comum e da reciprocidade necessárias ao comportamento cívico. Para o autor, a participação em associações (ou outro tipo de organização social) não nega o que possa ser de interesse pessoal. A distinção está em que ao se envolver no processo de negociação a pessoa passa pela experiência de educatividade do respeito ao outro e aos interesses coletivos.

Para Reis e Schwartzman (2004), a democracia do presente não pode prescindir das organizações secundárias, organizações não familiares que exercem papel de mediação criando novas crenças, hábitos de pensamento e ação que passam para arenas mais abrangentes da política. A interação social e a deci-

Montanhão concentra-se mais entre as pessoas de 30 a 59 anos (que representam 32,85% de uma população de 107.490 habitantes) seguida por jovens adultos entre 19 e 29 anos (8,39%). Entre pessoas mais jovens (de recém-nascidas até 18 anos), a frequência entre os intervalos é muito próxima (com uma média de 8,56%). As pessoas com mais de 60 anos representam a frequência mais baixa dessa população (apenas 2,59%). De acordo com a Seção de Pesquisa e Banco de Dados, não existe no bairro do Montanhão nenhum equipamento municipal de cultura; mas existem alguns de lazer: quatro campos de futebol e um ginásio poliesportivo. Não existem também postos das polícias militar ou civil, da guarda civil municipal, da defesa civil municipal, Ciretran ou órgãos militares de defesa. Há, entretanto, um ponto turístico (o Pico do Bonilha) e três escolas municipais com biblioteca interativa e laboratório de informática. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania relata a existência de somente um programa social (governamental) desenvolvido e com sede no referido bairro. O Departamento da Receita mostra que no bairro do Montanhão existem 34 indústrias, 377 postos de comércio e 1880 postos de serviço no ano de 2003. Houve um aumento no índice de 1993, quando havia somente 28 indústrias, 206 postos comerciais e 414 postos de serviço. O FIBGE revela que as duas maiores frequências de chefes de família segundo rendimentos no bairro do Montanhão (em salários mínimos) são: de três a cinco (21,09%) e sem rendimentos (20,40%).

5 Os relatos são parte da dissertação de mestrado “Modelos

são de participar de ações coletivas são elementos decisivos na vida associativa. Para que ocorra o processo de interação social é necessário o sentido de pertença que a estabilidade na comunidade permite. A estabilidade da população em sua comunidade é fator de maior coesão social e disposição dos moradores para agirem em prol do bem comum (Cardia e Schiffer, 2002). Tal fato ocorre, em especial, para a criação de uma rede de comunidades em que as trocas sociais se potencializam, como pode ser constatado em comunidades agrárias.

Por sua vez, nos grandes centros urbanos a complexidade da pobreza representa um dos principais desafios para as políticas públicas. Trata-se de construir soluções estruturais para a melhoria das condições de vida nas favelas e periferias urbanas, garantindo condições mínimas de habitabilidade e de acesso aos serviços sociais básicos, e também ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda (Azeredo, 2003). Portanto, as políticas públicas não podem mais ser vistas de forma fragmentada.

A participação em associações possibilita o desenvolvimento de uma subjetividade que alarga a experiência individual em busca da sobrevivência pessoal. As pessoas que dela participam começam a pautar a vida em outros valores que rompem com a racionalidade moderna centrada no indivíduo. O espaço de educatividade da experiência na economia solidária pode potencializar novas formas de amor mundi no sentido arendtiano. Nas palavras de Ortega (2004)

Criar e recriar formas de relacionamento voltadas para o mundo, para o espaço público, tais como a amizade, a cortesia, a civilidade, a solidariedade, a hospitalidade, o respeito. Todas elas dependem de uma publicidade, de um espaço de visibilidade capaz de iluminar os acontecimentos humanos, de um mundo comum que una ou separe os indivíduos, mantendo sempre a distância entre eles, condição da pluralidade.

É a possibilidade sempre dada ao humano de criar e recriar o novo. Capacidade essa que tem na participação em diferentes formas de associações lugar fértil para o desenvolvimento de nova subjetividade que acolha o outro na construção de um mundo comum. O desafio posto é pensar os EES

como práticas horizontalizadas geradoras de cultura solidária possibilitando algo novo na relação de gênero rumo a um outro desenvolvimento.

Relatos de pessoas ligadas ao EES⁵

A Associação é fruto do trabalho de um grupo liderado pelo padre Léo Comissari, italiano, que, em 1979, retorna como missionário ao Brasil, com um projeto de igrejas-irmãs de Imola, Itália. A constatação da precariedade do bairro Montanhão de São Bernardo do Campo mobilizou esse grupo na busca de uma intervenção que possibilitasse mudanças estruturais nas condições de vida da população.

A percepção do grupo era de que o Estado não dava conta de atender a complexidade da situação social evidenciando as limitações de intervenções que incorporavam apenas investimentos tradicionais, como saneamento, saúde e educação, realizados de forma fragmentada (Azeredo, 2003; Castro, 2000; Castro; Feitosa, 2005-2006). Entre os projetos desenvolvidos, o Vida Nova foi uma ação educativa e de resgate social das crianças em situação de risco e das próprias educadoras. Com fundos coletados junto às comunidades da Itália, foram registradas em carteira, como monitoras educacionais, 26 mulheres, a grande maioria entre 18 e 22 anos. Elas ganhavam um salário mínimo e o transporte. As interessadas em estudar também recebiam bolsa para pagar os estudos. Doze delas cursaram faculdade. O projeto iniciou-se em 1990 por um período de três anos, foi prorrogado por mais um ano e terminou em 1996. Funcionou nas 13 comunidades da paróquia, com quatro turmas por dia em dois períodos. Eram atendidas mais de mil pessoas, entre crianças e adolescentes.

A partir de avaliações, deu-se por encerrado esse projeto. Um dos motivos foi a percepção de que era preciso investir mais na formação dos adultos, para que eles pudessem prover às necessidades das crianças e melhorar suas próprias condições de vida⁶. Foi nesse contexto que se intensificaram as

de ações solidárias: um exame multicaso”, defendida por Leonor Correa, no Programa de Pós-Graduação em Administração da Metodista em 2007. A autora autorizou sua utilização neste artigo.

6 Atualmente os cursos ministrados pelo Centro são: Infor-

articulações para mobilização em torno da formação de rede de EES. A forte ligação com a Itália, que tem a experiência de um Desenvolvimento Local Regional pautado no associativismo (Putnam, 2000), inspira a liderança da Associação Pe. Léo a caminhar nessa direção. A proposta caiu em terreno fértil pela memória da região do Grande ABC Paulista, fortemente marcado pelas lutas em torno de melhores condições de vida e trabalho. A proposta a seguir será a apresentação de trechos das histórias de vida de pessoas participantes do EES – Pe. Léo Comissari. Com base no referencial da fenomenologia foram lidos os relatos de participantes dos EES⁷ e levantaram-se as unidades de significado que foram transformadas em categorias analíticas: “educatividade da participação”; “o novo na relação de gênero” e “por um outro desenvolvimento”. Em seguida, parte-se para uma análise dessas categorias a partir dos relatos de pessoas participantes.

Educatividade da participação

V.S.C.T. [...] Economia solidária na parte da gente se ajudar entre si, no bairro, eu acho isto, um ajudar ou outro, porque a gente vai sair daqui, para comprar lá fora, a gente não está ajudando. Tem coisa mesmo que eu comprava em outro lugar, mas hoje eu estou mais ligada...

mática Níveis I e II, Programador Visual Basic, Manutenção e Montagem de Micro, Padaria e Confeitaria básica e industrial, Marcenaria, Pedreiro, Vidraceiro e Hidráulico, Mecânica de auto, Eletricista Instalador Residencial, Corte e Costura, Moletom, Bordado à máquina, Pintura em tecido, Crochê, Artesanato, Cabeleireiro na área profissionalizante. Para a formação empreendedora, cooperativista e solidária, são ministrados cursos de cidadania, administração, marketing e finanças. No âmbito cultural, em latu sensu, ministram-se cursos de: inglês, espanhol, italiano, dança (balé), dança de salão, capoeira, ioga, teatro e música. Finalmente, para a saúde, oferecem-se Atendimento Psicológico e Terapias Holísticas.

7 Os relatos na íntegra são reveladores do processo árduo que as famílias pobres passam para sobreviver. Oriundas de processos migratórios, vão chegando nas cidades e ocupando as periferias de forma precária. Esse tema é aprofundado em Castro e Feitosa (2005; 2006). As histórias de vida encontram-se na íntegra em Correa (2007). Aqui foram levantadas as unidades de sentido que dialogam com o objeto de análise neste artigo.

8 V.S.T. (agente do GAES - Grupo de Apoio à Economia Solidária da Associação Pe. Léo): “O trabalho do GAES é de

A.J.A. [...] Eu penso em ser unido... o outro ser unido... já é muita coisa... união, eu sempre defendi isso aí. Vamos voltar lá trás, nas greves que já tive. A turma falou ‘não é isso aí, você foi mandado embora, porque fez greve’ [...] hoje eu me sinto um cara que lutei. Hoje nosso país está deste jeito e eu ajudei a lutar por isto, por um dia melhor [...] eu sempre falo para meus filhos: nós não devemos nos rebaixar para ninguém. Nós temos nosso direito.

M.L.P.S. [...] Eu sempre participei da comunidade... eu participei da procura de um terreno para a Escola Padre Léo. [...] No Sebrae fiz uns quatro ou cinco cursos. Fiz Líder Cidadão, Fluxo de Caixa, aprender a empreender, oficinas, computação [...].

[...] Quando nasceu o pensamento da Rede de Economia Solidária, aí a nossa psicóloga fazia parte da escola Padre Léo e ela começou falar do sonho, do pensamento que eles tinham de fazer, de montar a Rede de Economia Solidária. Tinha que unir os comerciantes, e isso e aquilo [...] da gente se encontrar, da gente estar trabalhando juntos, aí nós começamos [...]

[...] Já fui em Brasília representar a Rede de Economia Solidária da Escola Padre Léo. Fui no Encontro Nacional de Economia Solidária, fui em Vitória (ES), participar do Encontro Nacional da Economia Solidária. Fiz um curso na USP junto com eles também [...] Imagine, eu voava mais que tudo, quase todo o curso. Foi muito bom, sempre um pouquinho a gente sempre aprende.

Os relatos apontam para a experiência de participação em diferentes situações (cursos de capacitação, reuniões, greves etc.) que permitem uma nova sociabilidade por meio do processo de interação humana. A configuração de práticas sociais a partir da interação entre pessoas cria novos hábitos de convívio e relação pautados em processos de negociação, respeito e reconhecimento do outro. Os espaços construídos de diálogo e intercâmbio vão modulando a percepção de si, do outro e do mundo. Como apontado por Ortega (2004), é sempre possível criar e recriar formas de relacionamento voltadas para o mundo, para o espaço público, tais como a amizade, a cortesia, a civilidade, a solidariedade, a hospitalidade, o respeito.

Os relatos ilustram as falas de Reis e Schwartz-

man (2004) acerca da democracia do presente, que não pode prescindir das organizações secundárias por possibilitarem mediações na criação de novas crenças, hábitos de pensamento e ação que passam para arenas mais abrangentes da política.

Incorporada a essas práticas, a participação nos EES solicita um processo de interação social que fortalece o sentido de pertença fundamental à auto-estima coletiva. Quando as pessoas se percebem pertencentes a uma comunidade, criam laços sólidos que permitem maior coesão social. A disposição dos moradores para agirem em prol do bem comum é fruto de um longo processo de formação cidadã que se dá de forma especial na Associação Pe. Léo Comissari. A educatividade é construída na participação nos cursos, nas trocas cotidianas, na informalidade do diálogo, no cuidado em oferecer conteúdos sólidos em diferentes campos que fortalecem a capacidade de julgar dos moradores. Em especial, na criação de uma rede interna de comunidades em que as trocas sociais se potencializam. Na experiência de participação educa-se o olhar, o gesto, a fala, que passa a ter o outro como referência de si, potencializando a construção de um mundo comum. O modo de organização de processos decisórios verticalizados dá lugar aos processos horizontalizados. Essa nova prática social é geradora de uma cultura solidária.

O novo na relação de gênero

V.S.C.T. [...] foi nesta época que eu casei com meu marido e tive a Y. Aí comecei de novo. Foi quando eu mexia com as minhas coisinhas em casa, ovos de Páscoa, cestas de café da manhã [...] fiz curso no Padre Léo de lingerie, fiz curso de panificação, conheci uma menina, aí ela pegou, me ensinou a fazer a cesta, fazer arranjo [...] eu não tinha comércio. Vendia as coisas em casa mesmo, fazia bingo, fazia aqueles bolos [...]

[...] um dia, estava grávida do meu filho, estava afastada da Star Bity, a minha mãe comentou alguma coisa de comércio. E eu falei, “meu, acho que eu vou montar um negócio”. Aí foi, de repente meu marido tava mexendo com terreno [...] aqui era um morro, tinha um barracinho [...] totalmente diferente, não tinha asfalto.

[...]eu estava afastada do serviço, e estava grávida. Peguei este dinheirinho, fui lá na 25 de março, comprei as flores, comprei as coisas de cesta de café-da-manhã, que eu fazia em casa mesmo. Aí reformei tudo [...] compramos as prateleiras [...] fui lá e comprei mercadoria [...] desse dinheiro que eu peguei, que era quinhentos, se tornou na época mil e quinhentos [...] com o dinheiro dos lucros, eu fui investindo em outras coisas.

M.L.P.S. – Ele [marido] continuou trabalhando na Volkswagen, e foi mandado embora da Volkswagen... aí ficou um tempo desempregado... aí eu tinha dois filhos pequenos, isso foi em 85, já tinha três filhos, ele ficou desempregado bastante tempo e não conseguiu arrumar outro serviço. O que eu fiz? Peguei 1.500 reais e falei para ele que eu queria abrir um bazar... antes eu já falava para ele que eu gostaria de montar um bazar. Mas como ele estava trabalhando, as crianças estavam pequenas... Ele falava: “Por que você quer trabalhar? Cuida das crianças”,

[...] no mês de janeiro, comprei um pouco de coisa, aí eu falei para ele [marido], nós vamos ter que abrir um bazar aí na garagem. Ele fez as prateleiras, eu comprei um monte de material escolar [...] com o dinheiro que tinha, e ele comprou um madeirith [...] deu uma improvisada legal. Catei um armário de cozinha que eu tinha, arranquei o fundo, e fiz como se fosse vitrine [...] Fiz umas propagandas, soltei no bairro... aí começou em 87.

[...] para você criar cinco filhos não é fácil... e só o marido trabalhando, fica difícil. Então você não pode ficar só esperando dele.

A experiência em EES possibilita a educatividade da participação que extrapola o universo das relações estabelecidas no espaço de trabalho. Por possibilitarem, por meio do exercício comunitário e emancipatório, outra relação de práticas sociais, colocam demandas na relação de gênero. A representação do feminino naturalizado pela hierarquia dos sexos é colocada como questão. A relação de poder é ressignificada, pois passa pela experiência do direito a voz. A representação do feminino glorificado na imagem da mulher como “rainha do lar”, legitimada pelos interesses do modo capitalista, é revisitada na inserção das mulheres nos EES que

potencializam a criação de espaços geradores de nova relação de gênero.

As mulheres passam a ter voz ativa nas decisões subvertendo a hierarquia verticalizada na relação de gênero. Essas mulheres possuem um histórico de inserção no mercado de trabalho bem cedo, mas só encontram a força de ocupação de novo lugar quando passam a negociar, administrar e inovar. Inclusive na ação criam condições para exercerem um ofício tradicionalmente desenvolvido por homens. Nesse processo, descobrem-se capazes de ocupar o espaço público e da rua. Não se percebem mais como simples ajudadoras ou de ganho acessório, mas aquelas que constroem junto com o companheiro a provisão da família. Nos relatos, percebe-se como articulam a negociação no espaço da casa com o espaço público. De auxiliadora do homem, que é o cabeça, passam a ser as empreendedoras que decidem iniciar e ampliar o negócio, fazer empréstimo e construir. Os rumos a seguir passam a ser pautados na equidade no espaço da casa, dos negócios e da comunidade. A representação da mulher auxiliadora adequada à introdução do modo capitalista de produção dá passagem à nova relação de gênero na experiência de participação nos EES.

Por um outro desenvolvimento

V.S.C.T. [...] me falaram que tem um banco do povo aí que ajuda, então eu vou lá. Aí eu fui e perguntei para o pessoal lá, que eu ia pegar até mil reais. Como a gente não tinha fiador, só tinha um freezer, umas prateleiras e uma estufinha [...] aí pegaram, me deram força lá, do banco do povo, lá de Santo André. Ela me deu a maior força, porque o freezer não custava mil reais [...] foi isto que ajudou eu conseguir [...]

[...] Olha se não fosse o pessoal me ajudando, do começo do comércio até hoje, acho que eu não tinha conseguido. Não tinha, porque a gente não sabe trabalhar com o dinheiro que a gente recebe [...]

[...] Nesta reunião (Rede de Economia Solidária) é mais para falar da Rede, da gente comprar em conjunto, da gente se ajudar entre si, porque se a gente não se ajudar ali, como é que a gente vai passar a imagem para outras pessoas de fora? [...] eu vou lá no GAES⁸ e tiro todas as informações.

[...] Acrescentou a parte de solidariedade com o próximo, porque eu mesmo tenho coisa, por exemplo, que eu fazia, que agora eu já falo, mais é errado isto. Tipo só querer para si... não pode, entendeu? Às vezes você está ali num empreendimento, você quer trabalhar para ganhar para mim, só que você esquece que tem as meninas que te ajudam [...] estou ganhando um pouquinho mais, porque eu não vou dar um pouquinho mais para elas também? [...] Tem a parte de outras pessoas também. Quando você vai comprar uma coisa, às vezes a pessoa está vendendo um preço dela certo. Você sabe que aquele preço está bom, e você fica pedindo mais um descontinho e não é assim. Porque, se você sabe que a pessoa está vendendo por um preço bom, por que você vai ficar insistindo?

[...] E eu aqui, a pessoa pede para baixar também, e o meu preço já está no limite, como vou conseguir abaixar mais? Então isto, se eu conseguir mudar isto em mim, aí meus clientes vão conseguir mudar também.

V.S.T. (agente do GAES) A V. está trabalhando na comissão de selo e ética [...] Nós nos reunimos como comissão, e pautamos 13 princípios. Destes 13 princípios, quais destes princípios que o empreendedor está seguindo, e os que não estão sendo seguidos [...] não num caráter de fiscalização, mas num processo educativo, da pessoa se perceber [...] garantir qualidade do empreendimento, o valor da economia solidária.

A.J.A. Porque, você vê, nós temos este mercadinho e nós passamos apertados, porque tem o Walmart, o Carrefour. O Carrefour é o maior mercado do mundo, certo, agora acabou de comprar a rede

acompanhamento, visitas e assessoria aos grupos que estão dentro da rede. Acompanhar a rede de um modo geral". E qual o trabalho das comissões? "É você envolver as pessoas que estão na rede, para que elas possam, juntas, construir benefícios para todos". Por exemplo: a equipe de marketing vai divulgar não só o empreendimento da V. ou do pessoal que está na comissão. A gente tem que criar uma forma de divulgar a rede, porque se eu divulgo a rede, estou divulgando todos os empreendedores, estou divulgando esta idéia. Aí você traz novas pessoas, fortalece a rede, e automaticamente está fortalecendo o grupo."

9 Castro (2004). Se nos voltarmos à origem primeira do ethos humano, temos o costume (ethos), a ação (práxis) e o hábito (ethos-hexis), e é na circularidade desse movimento, com a

de Atacadão, está comprando tudo aqui no Brasil. Aí nós montamos um mercadinho, como nós ficamos, nós pequenos, se nós não nos unir, como nós ficamos, nós vamos sumir.

[...] Aí falaram que tinha um banco do povo que fazia empréstimo, ajudando. Fiz o empréstimo e comprei o maquinário da padaria... aí montei a padaria aqui.

[...] Falta a consciência que temos que nos unir, que temos que comprar um do outro, de um comprar no comércio de outro. Que nesta semana, um cara veio me oferecer peça. Eu tenho um amigo que tem uma lojinha de peça. O cara veio me oferecer, mas eu tenho onde eu compro. Eu compro na lojinha da Rede. Que é para ajudar a rede, se nós pensarmos deste jeito, um pensar no outro, nós vamos crescer, e meu sonho é este! Eu não estou pensando em mim, estou pensando nos outros, poder crescer.

M.L.P.S. Economia solidária, para mim, é a gente viver junto com os outros, não separado, vem o nome solidário para mim [...] Ninguém conseguiu viver sozinho, então a gente tem que se organizar, de um jeito que cada um tem um mesmo pensamento. Por exemplo, no comércio a gente tem uma maneira de trabalhar muito parecida. Então, se organizar, neste sentido, para desenvolver mais fácil o trabalho, o conhecimento, que cada um tem, um passa para outro, o que outro faz, isto é solidário. Eu acho que é viável [...].

[...] Aí comecei, porque antes disso eu já tinha pegado empréstimo no banco do povo aqui de São Bernardo, para comprar maquinário

A experiência dos participantes dos EES traz em sua história de vida a constatação de que a industrialização não seria suficiente para consolidar a economia nacional (Paulani, 2001). A desigualdade social e a precariedade da vida, fruto do sistema capitalista excludente, abrem lacunas. Os EES passam a ocupar essas lacunas subvertendo a hegemonia de um sistema hierárquico e desigual. A proposta da “Economia Solidária”, colocada como uma alternativa ao desemprego estrutural, ganha sentido e se justifica a partir das relações de trabalho e do atual modo de produção que desemprega e precariza os que ainda trabalham. Dessa forma, os elementos

fundamentais da Economia Solidária estão firmados em novas relações de trabalho (autogestionários e solidários) e em uma nova relação de produção.

Os EES circunscrevem-se em espaços de ruptura, pois a participação permite uma construção do individual para o coletivo. Ocorre a educatividade no convívio social da reciprocidade e do respeito em relações horizontalizadas.

O humano pode se revelar em sua condição mais fundante: o ser-com-o-outro no mundo. Há uma superação da centralidade no indivíduo naturalizada pelas práticas sociais. Os atores sociais, ao participarem dos EES, instauram o novo pela ação comum. De corpos silenciados pela histórica exclusão social passam a agir em busca do bem comum, construindo um novo ethos⁹.

O valor comunitário de construção de laços de reciprocidade e de escuta do outro possibilita uma posição de respeito às relações sociais extrapolando o ambiente estritamente econômico e incorporando à compreensão outras dimensões sociais e políticas.

Algumas sínteses que abrem à compreensão do novo a partir da participação nos EES

A forma de vida urbana solapou alguns laços comunitários característicos das formas agrárias. No caso brasileiro e latino-americano, essa urbanização, associada a uma alta concentração econômica e territorial, dificultou ainda mais um processo de equidade social, tendo como resultado a exclusão e o afastamento dos mais pobres para as periferias territoriais e sociais. Nesse processo o Estado foi omissor. A revitalização da cidade requer uma tomada de consciência pelos diversos segmentos

repetição das ações tidas como éticas (Vaz, 2000, p. 15), que vamos plasmando o hábito num ir e vir entre a subjetividade (particular), que se objetiva no sujeito ético (universalidade concreta). Saímos da singularidade para a dimensão que podemos nomear de ética, que se constrói no mundo público. Nesta perspectiva, abre-se uma brecha na hegemonia da esfera econômica (que tem regido as leis, as decisões tomadas no espaço público): tudo o que diz respeito ao mundo humano tem sua origem no ethos e ele é, em essência, ético.

(academia, gestores locais, novos atores sociais etc.) para o exercício co-responsável da cidadania. Não se pode negar a amplitude e complexidade das demandas sociais contemporâneas, pois, como diz Dallari (2001), “o alvo soberano da humanidade baseia-se na aquisição de riquezas materiais” e os símbolos do mundo contemporâneo são “a supervalorização de bens materiais e o egoísmo”.

As categorias levantadas (“educatividade da participação”, “o novo na relação de gênero” e “por um outro desenvolvimento”) permitem compreender o movimento dos diferentes atores sociais que se organizam em torno dos EES. A organização empreende diversas ações que solicitam a participação na resolução das demandas da comunidade. Com isso, é possível compreender o modo como vão desenvolvendo no cotidiano a educatividade da participação. A experiência de luta por melhores condições de vida abre o olhar para o encontro do outro e da outra. Esse encontro provoca uma ruptura com a estrutura hegemônica do individualismo presente no mundo contemporâneo.

Ao buscarem uma agenda que seja comum, os sujeitos superam o individualismo e passam ao exercício de uma cidadania mais plena. A cidadania, que era eventual (época das eleições), passa a ser uma luta cotidiana de garantia da vida numa situação perversa de exclusão social.

A subjetividade engendrada nos últimos séculos, culminando no capitalismo, vai tecendo um humano que cada vez mais se distancia da sua humanidade. Um mundo onde cabem poucos. A magnitude do problema provoca a sensação de impotência, há uma interiorização da suposição de que não somos sujeitos da história, mas apenas espectadores.

A condição humana aponta um vivido que está cada vez mais vinculado às atividades do labor (Arendt, 1999), meramente animais: comer, beber, dormir; chegou ao nível de sobrevivência e, com isso, o mais próximo à condição de animal (animal laborans).

[...] o homem urbano, considerado “o mais inteligente de todos os primatas”, produziu uma cidade onde a dimensão do humano se perde no cotidiano uniforme, massacrante e artificial. Para ele, “o resgate da sua condição histórica de sujeito se impõe”, acrescentando que “a formulação da problemática urbana não se reduz

à cidade, mas refere-se ao homem, à sua própria vida, às suas lutas, ao seu mundo, e abre perspectivas para se pensar em transformações” (Carlos, 1994a).

A (re)construção da cidade onde seja possível habitar requer o retorno à dimensão humana da existência que se acha encoberta pelas sedimentações do mundo contemporâneo que reduz o vivido à ordem da sobrevivência.

No reino da sobrevivência a capacidade do pensar é circunscrita a momentos de ruptura que se abrem quando o ser humano sai do seu isolamento e passa a compreender que é sujeito de direitos. Ao apreender no cotidiano a possibilidade de transformar o conceito do Direito (princípio de que todos são iguais em essência) pode desenvolver a consciência de perceber o entorno. Inclusive é possível dar-se conta e concordar com a indignação de Dallari (2001) quando expressa que não se pode admitir que a minoria decida pela maioria havendo a necessidade de que regras sejam fixadas para todos, apesar de não existirem interesses em comum. Atualmente, no Brasil, quase todos reclamam da ausência de harmonia e paz; poucos percebem que não há “regras legítimas, justas e eficazes [...] que correspondam aos valores, aspirações e necessidades do povo e não dos governantes ou de elites privilegiadas”.

Sem a participação do povo, o poder da sociedade fica nas mãos de quem detém o poder, e são poucos os que se preocupam com os problemas reais da maioria; o que corresponde a uma participação simplesmente formal. Ou seja, ao lado da construção de instituições democráticas (eleições livres, parlamento ativo, liberdade de imprensa etc.) a vigência da democracia implica a incorporação de valores democráticos nas práticas cotidianas.

Hoje, solicita-se um aprendizado da participação social e do controle democrático. É indispensável a participação do povo nas tomadas de decisões políticas do País. Imbui-se a co-responsabilidade de todos/as para a gestão de uma democracia participativa. Demo (2001, p. 163) afirma que “a capacidade associativa de controlar o Estado e outras instâncias de poder — inclusive o mercado — é o fulcro essencial da democracia [...]”. A população tem o direito e o dever de exercer a democracia; tem potencial para controlar o Estado e outras formas

de controle econômico e político.

A vivência desta nova modalidade de poder possibilita a aprendizagem de novos padrões relacionais permitindo o desenvolvimento de uma subjetividade cidadã. A nomeação não ocorre ao acaso; ela diz respeito à capacidade que o humano possui de sair de uma relação narcísica centrada em seus próprios interesses, que demarca o mundo contemporâneo, para a negociação em nível coletivo do interesse da comunidade, do grupo de pertença, do seu bairro, da sua cidade. Ou seja, opera uma mudança paradigmática do lugar onde se faz política com participação social. Volta-se ao estudo das microrredes de sustentação e sobrevivência a que os diferentes atores sociais recorrem como modo informal, na maioria das vezes, para superar os revezes da vida na cidade. Temos como exemplo as associações de moradores de bairro que conseguem trazer a rede de esgoto a lugares onde não existia, melhoria das condições do transporte urbano, tratamento do lixo etc. Um movimento que ocorre de baixo para cima. São pessoas comuns que no dia-a-dia vão tecendo laços de proximidade, quer pela relação afetiva, quer pela luta da melhoria das condições de vida; vão gestando novas formas do viver nas cidades.

A paisagem urbana e a vida política são impactadas por estas mudanças. Os representantes oficiais do poder começam a perceber a força existente nos pequenos grupos e a necessidade de dialogarem com os novos atores sociais. O foco da cidadania é um dos eixos condutores para a compreensão da ruptura que ocorre com os diferentes atores sociais que, ao saírem da demanda individual, passam ao exercício da cidadania ativa.

A experiência histórica do “displaced people” levou Hannah Arendt a concluir que cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direito dos seres humanos não é um dado. É um construído da vivência coletiva, que requer o acesso a um espaço público comum (Lafer, 1997, p. 58).

A negação de um espaço público que impede a cidadania impede o atendimento ao chamado que o humano tem de exprimir-se histórica e concretamente com direitos, especialmente em situações de extrema desagregação do corpo social manifesta em governos totalitários ou mesmo na privatização do

espaço público norteador pelos interesses pessoais e partidários. Quando isso ocorre, no manifesto temos o impedimento; mas, a qualquer momento pode-se retomar o direito, posto que “sua força simultaneamente soberana e irrisória reside justamente em ser isenta de qualquer particularidade em não ter de levar em conta nenhuma razão fundada em uma posição empírica [...]” (Ladrière, 1979, p. 152). É uma exigência que se coloca no mundo humano para além de qualquer forma de organização política; enquanto potência pode, a qualquer momento, ser retomado e expressar-se histórica e concretamente.

O que caracteriza a riqueza humana é a abertura para o horizonte de possibilidades que se abre por meio do corpo encarnado, corpo que traz intencionalidade e significações e realiza a síntese do corpo próprio: espaço, tempo, movimento, conjunto de sensações, numa indissociabilidade dessas dimensões; síntese não como soma das partes, mas a expressão de uma unidade que se dá no corpo próprio.

O corpo fala “silenciosamente”, mostrando-se nas situações cotidianas. A compreensão do corpo próprio significa entender que estamos numa situação existencial e, ao mesmo tempo, em relação com o mundo (a época em que vivemos, os espaços de localização [...]). O corpo é limitado pelo tempo, pelo espaço, pelos limites do próprio corpo. É o limite da condição existencial do ser humano.

A cidadania passa necessariamente pelo “corpo encarnado”. Não há como falar em cidadania sem termos a clareza de que ela só vai deixar de ser um “conceito”, uma idéia, a partir do sentido e significado encontrado no cotidiano por meio de um corpo que, na singularidade e pluralidade humanas, vivencia suas possibilidades e limites pelas condições do tempo histórico. Uma das dimensões do corpo encarnado é a possibilidade do movimento, “a liberdade de movimento é também condição indispensável para a ação, e é na ação que os homens primeiramente experimentam a liberdade no mundo” (Arendt, 1999, p. 18).

Quando se tem o princípio da cidadania como parâmetro norteador, oportuniza-se a construção de uma cidadania ativa. No convívio dos EES, os participantes vão encontrando pessoas que se tornam modelos saudáveis de identificação.

Com isso rompem com aspectos da subjetividade alienada que são facilmente trabalhados ideologicamente pelo social e que perpetuam a relação de subserviência e naturalização da desigualdade. As interações sociais que vão ocorrendo nas práticas cotidianas de negociação imprimem modulações em hábitos e costumes anteriormente arraigados em relações hierarquizadas. As mediações passam a configurar relações humanas mais solidárias. As regras construídas coletivamente são pactuadas nos negócios humanos. Por um outro desenvolvimento é necessário que essa transformação do olhar, do gesto e da fala ocorra para que se saia de uma posição egoísta e individual para outra focada na coletividade.

A necessidade de atender as demandas da sobrevivência na experiência de participação dos EES aqui analisada revela “que a coragem libera mulheres e homens de sua preocupação com a vida para a liberdade do mundo” (Arendt, 2004, p. 203). A educatividade da participação na EES extrapola o espaço da sobrevivência, recoloca a relação de gênero na dimensão da equidade e sinaliza o possível num desenvolvimento que não coloca em risco a vida e o mundo. Tomando emprestadas as palavras de Arendt (2004, p. 220),

Na dimensão humana, conhecemos o/a autor/a dos “milagres”. São homens e mulheres que os realizam — homens e mulheres que, por terem recebido o duplismo da liberdade e da ação, podem estabelecer uma realidade que lhes pertence de direito.

Realidade essa iluminada na face daquelas e daqueles que constroem na ação as redes de sustentação da Economia Solidária, em especial, nos EES como práticas horizontalizadas geradoras de cultura solidária possibilitando algo novo na relação de gênero rumo a um outro desenvolvimento.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- ALPAC. Enciclopédia Contemporânea da América Latina e Caribe. São Paulo, Boitempo, 2007.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. São Paulo: Perspectiva, 1999; 2005.
- _____. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972; 2004.
- AZEREDO, B. Estratégia social em favelas e periferias urbanas. In: VELLOSO, J. P. Governo Lula. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Conferência do prêmio Goffmann: a dominação masculina revisitada. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-27.
- _____. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CARDIA, N.; SCHIFFER, S. Violência e desigualdade social. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 25-31, jun.-set. 2002.
- CARLOS, A. F. A. (Re)produção do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1994a.
- _____. (org.). Os caminhos da reflexão sobre a cidade – urbano. São Paulo: Edusp, 1994b.
- CASTRO, Dagmar Silva P. de. A articulação do método fenomenológico com as ciências; a proposta do FENEP-UMESP. In: CASTRO, D. S. P. et al. (orgs.). Fenomenologia e análise do existir. São Paulo: Umesp-Sobraphe, 2000.
- _____.; FEITOSA, L. D. O resgate da memória junto a moradores da região do Montanhão; um estudo de caso de uma associação de moradores de bairro. São Paulo: Umesp, 2005-2006. Relatórios de pesquisa, Cátedra Celso Daniel de Gestão de Cidades.
- CORRÊA, Leonor. Modelos de ações solidárias: um exame multicaso. São Paulo: Umesp, 2007. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Administração.
- DALLARI, Dalmo. Direito da participação. In: SPOZATI, A. et al. Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo: Educ, 2001. p. 85-114.
- DEMO, Pedro. Participação e avaliação – projetos de intervenção e ação. In: SPOZATI, A. et al. Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo: Educ, 2001.
- GORZ, André. Adeus ao proletariado. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2005.
- LAFFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. Estudos Avançados, Instituto de Estudos Avançados da USP, v. 11, n. 30, mai.-ago. 1997.
- LADRIÈRE, Jean. Vida social e destinação. São Paulo: Convívio, 1979.
- MEIHY, José C. S. B. Manual de história oral. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MILLS, C. Wright. A nova classe média. Rio de Janeiro:

Zahar, 1969.

ORTEGA, Francisco J. G. Por uma ética e uma política da amizade. In: MIRANDA, Danilo Santos de (org.). Ética e cultura. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 145-156.

PATERMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAULANI, Leda Maria. A utopia da nação: esperança e desalento. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio (orgs.). A grande esperança em Celso Furtado. São Paulo: Ed. 34. 2001.

PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

REIS, E. P.; SCHWARTZMAN, S. Pobreza e exclusão social: aspectos sócio-políticos. In: SCHWARTZMAN, S. As causas da pobreza. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ROSENTHAL, G. A estrutura e a Gestalt das autobiografias e suas conseqüências metodológicas. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs.). Usos e abusos da história oral. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SINGER, P. Globalização e desemprego; diagnóstico e

alternativas. São Paulo: Contexto. 1998a.

_____. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002b.

SPILKI, Adriana; TITTONI, Jaqueline. O modo-indivíduo no serviço público: descartando ou descartável? *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 67-73; set.-dez. 2005.

STEIL, Andre Valéria. Organizações, Gênero e posição hierárquica – compreendendo o fenômeno do teto de vidro, in *RA USP Revista de Administração*, v. 32, n. 3, julho/setembro de 1997, pp. 62-69.